



NOVOS velhos desafios

Com o envelhecimento da população brasileira, é preciso fazer frente às doenças crônicas sem enfraquecer o combate às infecciosas, além de promover ações de pesquisa, ensino e assistência em saúde do idoso

Elisa Batalha, Fabíola Tavares,
Jamerson Costa e Talita Rodrigues

Idosos - indivíduos com 60 anos ou mais - são o segmento da população brasileira que mais cresce. Dados do primeiro balanço do Censo 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado em agosto, confirmam o que muitos analistas já apontam há mais tempo: que o Brasil está envelhecendo. O alargamento da parte de cima da pirâmide demográfica é explicado por uma relação entre a diminuição do ritmo de crescimento da população e o aumento da expectativa de vida, que, juntos, contribuem para ampliar a proporção de idosos no país.

Estimativas recentes, realizadas a partir das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílio (Pnad), apontam que a porcentagem atual de idosos na população brasileira seria de 11,3%, o que equivaleria a, aproximadamente, 19 milhões de pessoas. Em 1980, existiam 16 idosos para cada 100 crianças no Brasil. Em 2008, essa proporção era de 24,7 idosos para cada 100 crianças. A expectativa é que o número de idosos ultrapasse o de crianças antes da metade deste século.

Esse novo cenário coloca desafios para a saúde pública. O processo de transição da estrutura etária no país é acompanhado pelo aumento da ocorrência de doenças crônicas, ao mesmo tempo em que persistem as doenças infecciosas. Muitos avanços já foram obtidos no sentido de controlar as doenças infecciosas – principalmente por conta da vacinação, que possibilitou a erradicação da varíola e da poliomielite, assim como o fim da transmissão endêmica do sarampo e da rubéola. No entanto, ainda existe muito trabalho a ser feito. Assim, delinea-se um quadro desafiador, no qual é preciso fazer frente ao crescimento das doenças crônicas sem enfraquecer o combate às infecciosas. Nesse contexto, a Fiocruz reafirma seu compromisso com a promoção da saúde dos brasileiros, mantendo-se como referência para o enfrentamento de novos e antigos problemas.

Mito ou verdade?

A ideia de que as doenças infecciosas estão em declínio deve ser relativizada. Segundo a publicação do Ministério da Saúde *Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso* (8ª edição), de fato, a situação epidemiológica das doenças transmissíveis tem apresentado mudanças significativas nas últimas décadas, mas não se pode falar em declínio. Trata-se de um quadro complexo que envolve três grandes tendências: doenças transmissíveis com tendência declinante (difteria, coqueluche, tétano acidental, doença de Chagas, febre tifóide, oncocercose, filariose [ver box na página seguinte] etc); doenças transmissíveis com quadro de persistência (tuberculose, hepatites virais,

leishmaniose, leptospirose etc) e doenças transmissíveis emergentes e reemergentes (influenza A (H1N1), Aids, dengue etc).

“As doenças infecciosas, mesmo com os progressos recentes em profilaxia, diagnóstico e tratamento e a redução de casos e óbitos, continuam ocorrendo em todos os países com variáveis frequências e padrões clínicos, se apresentando sob formas raras ou desconhecidas, além da emergência de novas doenças por diferentes agentes infecciosos e condições, matando ou incapacitando e onerando os sistemas de saúde”, afirma o parasitologista Mauro Marzochi, pesquisador sênior do CNPq no Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (Ipec/Fiocruz). “Isso precisa ser enfrentado a começar por um planejamento sistêmico da rede pública e privada, capaz de controlar os diferentes níveis de atenção à saúde no âmbito do diagnóstico clínico e laboratorial. Esse planejamento poderá atender, de um lado, à necessidade do controle ou erradicação das doenças preveníveis por imunização e, de outro, à vigilância de novas doenças transmissíveis que surgem ou ressurgem, requerendo, em ambos os grupos, uma atenção clínico-laboratorial permanente e qualificada”.

Hoje o desafio é duplo: manter o controle às doenças infecciosas num cenário de novas necessidades associadas ao envelhecimento da população. A assistência aos idosos – num contexto onde não se pode excluir a ocorrência paralela de doenças transmissíveis e crônico-degenerativas – requer uma série de cuidados relativos a manuseio clínico e interações medicamentosas. É comum os idosos apresentarem mais de uma patologia ao mesmo tempo e, conseqüentemente, serem mais vulneráveis a doenças infecciosas que assumem, então, um caráter oportunista. Além disso, o fato de utilizarem frequentemente associação de medicamentos aumenta o risco de efeitos adversos – até porque, em geral, os testes clínicos de novas drogas não consideram as especificidades da população idosa.

O diagnóstico diferencial é outra questão-chave. “A leishmaniose cutânea, mais comum em jovens, agora também aparece em idosos. Mas, às vezes, se confunde esse diagnóstico com doenças frequentes em pessoas com mais de 60 anos, como úlceras varicosas e câncer de pele. Diante de um idoso com gânglios e emagrecimento, o médico pode pensar em doença degenerativa, mas isso não exclui a leishmaniose”, exemplifica o dermatologista Armando Schubach, chefe do Laboratório de Vigilância em Leishmanioses do Ipec.

“Até hoje existem médicos com dificuldade de atribuir os sintomas a uma infecção pelo HIV quando o paciente tem mais de 60 anos de idade”, acrescenta a infectologista Sandra Wagner, do Laboratório de Pesquisa Clínica em DST/Aids do Ipec. Sobre envelhecimento e Aids, há duas situações: de um lado, indivíduos que contraem o HIV e são diagnosticados após os 50 anos de idade; do outro, indivíduos portadores do vírus desde mais jovens que estão envelhecendo. Graças a um tratamento mais eficaz, os portadores do HIV têm uma expectativa de vida maior e podem se tornar idosos que convivem com o vírus, configurando-se a Aids como uma doença, ao mesmo tempo, infecciosa e crônica. Observam-se, ainda, quadros de infecção pelo HIV associados a hipertensão, diabetes ou outras doenças comuns em pessoas mais velhas. “Seria interessante um olhar multiprofissional sobre o envelhecimento”, recomenda Sandra, destacando, ainda, que portadores do HIV tendem a apresentar doença degenerativa até dez anos antes do que uma pessoa sem o vírus.

“Quando se fala em declínio, a sensação é de que as doenças infecciosas estariam desaparecendo e não é exatamente isso. O que existe é uma mudança de perfil”, diz o infectologista Alejandro Hasslocher, chefe do Laboratório de Pesquisa Clínica em Doença de Chagas do Ipec. “Antes, a população envelhecia menos e a mortalidade das doenças infecciosas era muito alta. Hoje, as pessoas envelhecem com doenças infecciosas crônicas e com comorbidades associadas à idade”, resume. ▶

Projeto pioneiro em Bambuí

A questão das comorbidades, em que agravos degenerativos da saúde associados ao envelhecimento se combinam com doenças infecciosas, tem sido avaliada em idosos de Bambuí. Foi nesta cidade mineira que o Instituto Oswaldo Cruz criou, em meados do século 20, um posto avançado para o desenvolvimento de pesquisas relativas à doença de Chagas – lá foram feitos os estudos iniciais que mostraram ser possível o controle da transmissão dessa doença, causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*. Hoje Bambuí abriga um projeto pioneiro na América Latina para investigar os determinantes das condições de saúde e bem-estar de idosos com baixo nível socioeconômico. Este estudo de coorte – quando uma determinada parcela da população é escolhida para ser analisada e acompanhada progressivamente – vem sendo relizado pela Fiocruz Minas desde 1997, com seguimentos anuais de 1.600 idosos, que correspondem a 92% do total da população com 60 anos ou mais na cidade.

Os primeiros resultados em Bambuí mostraram que a prevalência de doenças e fatores de risco cardiovascu-

lares (como hipertensão arterial, dislipidemia, diabetes mellitus e doença coronariana), de distúrbio do sono e de sintomas depressivos era semelhante à observada entre idosos residentes em países de alta renda. Outras investigações revelaram que a prevalência da doença de Chagas na população idosa de Bambuí era muito alta, refletindo a exposição à infecção pelo *T. cruzi* em fases precoces da vida. Estudos posteriores, então, vêm mostrando que essa carga dupla de doenças tem impacto significativo nas condições de saúde dos idosos.

Cerca de 70 publicações em revistas indexadas foram realizadas com os resultados da coorte de Bambuí e aproximadamente 30 teses ou dissertações foram defendidas. Ao longo dos anos, o projeto recebeu diversos prêmios, sendo considerado referência em estudos sobre envelhecimento em países de média renda.

Uma publicação recente mereceu um editorial na edição de novembro da revista *Stroke*. O artigo de pesquisadores da Fiocruz Minas mostrou que o risco de morte por acidente vascular cerebral (AVC), em dez anos, é duas vezes maior entre idosos infectados pelo *T. cruzi*, independentemente dos fatores de risco cardiovasculares tradicionais. Segundo o editorial, o estudo “proporciona um novo ângulo sobre as devastadoras consequências da doença de Chagas. Finalmente, depois de



O exemplo da filariose



Quando o assunto é o controle de doenças parasitárias, um bom exemplo é a filariose linfática. Atualmente, no Brasil, segundo a literatura, a doença é restrita à Região Metropolitana do Recife, com registros de casos na capital pernambucana, em Olinda e em Jaboatão dos Guararapes. Comparando-se os dados dos últimos dois anos com os de 2000, pode-se afirmar que a transmissão dessa parasitose vem se reduzindo no Recife e em Olinda. Nas duas cidades, o Serviço de Referência Nacional em Filarioses da



101 anos de negligência, é o momento de promover mais pesquisas e reduzir os efeitos desta doença. É a hora de propor ações, triagens clínicas e estudos, como os de Bambuí, que poderão contribuir para uma mudança de curso nos rumos da doença”. O trabalho é assinado pela coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública e Envelhecimento (Nespe/Fiocruz Minas), Maria Fernanda Lima e Costa, e colaboradores.

Outro fruto recente do trabalho em Bambuí é um artigo da Fiocruz Minas escolhido entre os vencedores do 4º Prêmio em Pesquisa da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, concedido em 2010. O médico Marco Polo Dias Freitas, aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, mostrou que, a médio prazo, o risco de desenvolver hipertensão arterial é mais alto entre idosos com baixos níveis do chamado ‘bom colesterol’ (HDL).

Muito além de Bambuí



Nespe/Fiocruz Minas – referência nacional e internacional nessa área – é responsável por outras iniciativas, como o Projeto

Epigen-Brasil e o Projeto Elsi-Brasil. O Epigen-Brasil aborda a epidemiologia genômica de doenças complexas em

coortes brasileiras. O trabalho é feito por um consórcio de instituições que contempla a realização da genotipagem de cerca de 6 mil participantes. A coorte de Bambuí é parte desse consórcio e deverá produzir resultados que levem a um melhor conhecimento da interação entre genética e ambiente nas condições de saúde dos idosos. Já o Elsi-Brasil é um estudo de coorte nacional para verificar os determinantes, a longo prazo, das condições de saúde e bem-estar da população idosa. Ele será parte de um consórcio internacional do qual participam Estados Unidos, Inglaterra, China, Índia e países europeus.

Consultor da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde e da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa), o Nespe realiza, ainda, análises da situação de saúde dos idosos com base nos dados das Pnad. O objetivo é examinar as tendências das condições de saúde e dos usos de serviços de saúde por idosos brasileiros. Os resultados revelam melhorias em algumas dimensões, mas não em todas. Mudanças marcantes vêm sendo observadas nos perfis de uso dos serviços, provavelmente em consequência de um crescimento da atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) nesse segmento.

Avaliar os serviços de saúde é também o objetivo de um projeto desenvolvido pela Fiocruz Pernambuco. A

Fiocruz Pernambuco tem contribuído para o controle da doença por meio do monitoramento dos casos positivos, da formação de recursos humanos e de outras ações estratégicas.

No Recife, em 2003, a prevalência de filariose linfática (número de pacientes novos e antigos) era de 62 casos para cada 100 mil habitantes. Hoje, é de um caso para cada 100 mil habitantes. Em Olinda, a adoção de um plano de eliminação da doença diminuiu a prevalência de 24 para dois casos em cada 100 mil moradores, entre os anos de 2005 e 2009.

Para o coordenador do Serviço de Referência Nacional em Filariose, Abraham Rocha, esses avanços no Recife e em Olinda apontam no sentido do controle com vistas à erradicação da infecção, mas todo o investimento feito pode tornar-se em vão se os municípios vizinhos não adotarem medidas de combate. “ Não sabemos qual a situação da doença em outras cidades da Região Metropolitana do Recife porque elas não fazem investigação epidemiológica sistematicamente. O declínio do número de infectados é decorrente da atuação permanente das gestões municipais, que

nos últimos sete anos combatem a filariose de forma mais intensa. Entretanto é importante a adoção de um projeto metropolitano de ações integradas”, avalia.

A filariose linfática, transmitida por mosquitos *Culex*, é uma infecção parasitária que pode levar a sequelas incapacitantes e deformações. Rocha destaca que, mesmo ocorrendo a interrupção da transmissão, é imprescindível manter a vigilância epidemiológica ainda por vários anos – migrações internas e deslocamentos internacionais de indivíduos infectados podem causar a reintrodução da doença.

pesquisa *Avaliação de serviços de atenção básica à saúde para diabéticos e hipertensos no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF)* está sendo realizada em 33 municípios, distribuídos em todas as regiões do estado, incluindo as cidades de maior porte, como Recife (capital), Caruaru (Agregate) e Petrolina (Sertão).

Hipertensão e diabetes são dois problemas importantes entre idosos. Segundo o site da campanha *Eu sou 12 por 8*, "com o avanço da idade, ocorre um aumento progressivo na frequência de hipertensão arterial (ou pressão alta); após os 80 anos a maioria das pessoas possui pressão acima do limite normal". E o site do Ministério da Saúde coloca idade superior a 45 anos entre os fatores de risco para diabetes. As duas são doenças crônico-degenerativas que exigem acompanhamento regular, idealmente a cada três meses, para prevenir complicações graves, como a doença renal entre os diabéticos e o infarto nos hipertensos.

Observações preliminares apontam que poucas cidades conseguem cumprir todas (ou quase todas) as ações

de assistência clínica e farmacêutica preconizadas pelo Ministério da Saúde para a atenção básica. Com o apoio do Institut de Recherche pour le Développement (IRD), da França, do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira e da Universidade Federal de Pernambuco, a pesquisa envolveu entrevistas com cerca de 800 pacientes de cada doença e 600 profissionais do PSF e das unidades básicas de saúde.

Um dos achados do estudo se refere ao exame que mede a taxa de hemoglobina glicada, teste que permite conhecer o nível de glicemia do diabético nos últimos três meses. Constatou-se que poucas equipes do PSF encaminham os pacientes para serem submetidos ao exame porque faltam laboratórios da rede próprios ou conveniados para atender à demanda.

Embora a pesquisa ainda não esteja concluída, já é possível identificar algumas características dos municípios. "No Recife, existem equipes boas e ruins; há postos que funcionam bem e outros não. Nestes os entrevistados se queixaram da falta de médicos e

de medicamentos. Já no interior as equipes costumam ser incompletas e faltam serviços de referência", afirma a pesquisadora Annick Fontbonne, do IRD, que coordena o estudo junto com Eduarda Cesse, da Fiocruz Pernambuco. Os resultados da pesquisa permitirão identificar nós críticos e formular propostas para aperfeiçoar e fortalecer as práticas da atenção básica para a hipertensão arterial e diabetes *mellitus* tipo 2 no estado.

Saúde do idoso: prioridade



há menos de 20 anos, o impacto do envelhecimento da população sobre a saúde pública era um tema de estudo pouco frequente

nos centros de pesquisa brasileiros. Hoje, no entanto, as abordagens acadêmicas sobre a terceira idade avançam e dão respaldo à implantação de políticas públicas direcionadas aos idosos. O interesse pelo tema no Brasil representa uma mudança de paradigma, já que

Divulgação COC

Em comemoração ao Dia do Idoso, celebrado em 27 de setembro, a Fiocruz promove uma semana de atividades que incluem shows de ciência, oficinas e peças teatrais





Divulgação COC

ações de saúde pública no país apenas recentemente passaram a contemplar este crescente segmento da população. No Brasil, foi a partir da década de 1990 que a população idosa passou a ser objeto de pesquisas e ações de forma mais sistemática. Desse modo, o país toma um rumo semelhante ao de nações desenvolvidas economicamente, onde a vida na terceira idade recebe cuidados mais abrangentes.

A saúde do idoso é um tema que já foi incorporado às prioridades da Fiocruz, que se destaca não só pela produção de pesquisas sobre o assunto, mas também na transformação do conhecimento gerado em ações de promoção da qualidade de vida na terceira idade. Os exemplos são muitos. Entre eles pode-se citar o artigo *Violência contra a pessoa idosa: análise de aspectos da atenção de saúde mental em cinco capitais*, publicado em setembro na revista *Ciência & Saúde Coletiva*. O trabalho investigou as-

pectos da atenção à saúde mental ofertada à pessoa idosa vítima de violência nos municípios de Curitiba, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Manaus. Os resultados sinalizam providências necessárias para melhor a qualidade da assistência. "Conclui-se pela necessidade de maiores investimentos públicos: na melhoria da qualidade da informação; na adequação da estrutura física dos serviços; na capacitação/habilitação dos profissionais para atenderem às especificidades de saúde do idoso", diz o artigo, assinado por pesquisadoras do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (Claves/Ensp/Fiocruz).

O Claves é parceiro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República no Observatório Nacional do Idoso – "um dispositivo de observação, acompanhamento e análises das políticas e estratégias de ação de enfrentamento da violência

contra a pessoa idosa", segundo o portal da iniciativa. O Observatório representa também "um espaço permanente e interativo de intercâmbio de informações entre as equipes dos Centros de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa e demais usuários". Os Centros estão entre as estratégias previstas no Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2007-2010), resultado do esforço conjunto do governo federal, dos movimentos sociais e do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI).

O presidente do CNDI para o biênio 2008-2010 é um pesquisador da Ensp: José Luiz Telles, que também coordena a Área Técnica de Saúde do Idoso da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. Por meio desta Área Técnica, o Ministério tem promovido o Curso de Aperfeiçoamento em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, convênio com a Ensp,

na modalidade a distância, assinado em 2008. Até outubro de 2010, haviam sido capacitados 500 profissionais de nível superior que atuam no SUS, nas regiões Norte e Nordeste. Visando às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, renovou-se o convênio para a capacitação de 2 mil profissionais, sendo mil em 2011 e mais mil em 2012.

Telles é também responsável pelo módulo de saúde do idoso que, em 2010, pela primeira vez, foi ministrado no âmbito do curso de especialização em saúde mental e atenção psicossocial da Ensp. “ Temos de pensar os cuidados ao idoso não apenas voltados para sua medicalização, mas também em novas oportunidades de vida, uma vez que o idoso acaba ficando cada vez mais isolado na sociedade”, diz o coordenador do curso, Paulo Amarante.

Atenta a essas novas necessidades, a Fiocruz também oferece, anualmente, desde 2007, um curso presencial de atualização profissional no cuidado ao idoso dependente, por meio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). O objetivo é formar profissionais que possam atuar junto a idosos na rede de serviços, na própria família e na comunidade, conforme previsto na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, que apresenta preocupações es-

pecíficas com os indivíduos em situação de fragilidade ou vulnerabilidade social. A ideia é qualificar os alunos para um cuidado que garanta ao idoso o máximo possível de autonomia. O conteúdo do curso inclui temas como envelhecimento humano e saúde do idoso; estratégias de cuidado para idosos dependentes com ênfase no auxílio para atividades da vida diária; aspectos éticos, morais e culturais do cuidado (incluindo os direitos dos idosos); e causas da dependência na velhice.

Para o coordenador do curso da EPSJV, Daniel Groisman, um dos principais desafios do curso é produzir conhecimento e elaborar metodologias e materiais educativos que contribuam para o fortalecimento das ações destinadas à qualificação de trabalhadores de nível médio e fundamental em saúde do idoso. “ Ainda existe pouco conhecimento sistematizado sobre o assunto e há necessidade de estudos que tematizem o trabalho dos cuidadores formais e informais, com vistas à sua valorização e reconhecimento social”, explica. O curso tem duração de três meses e meio, totalizando 200 horas-aula, que incluem 88 de prática profissional, realizada em instituições gerontológicas conveniadas. Para participar, é preciso ter ensino fundamental completo.

A saúde do idoso na Fiocruz tem múltiplas abordagens, com ações que combinam pesquisa, ensino e assistência. Neste aspecto, destaca-se o trabalho do Programa de Atenção à Saúde do Idoso do Centro de Saúde Escola da Ensp, que busca compreender e suprir as necessidades dos idosos residentes na comunidade de Manguinhos, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro onde está localizada a sede da Fundação. Anualmente, em comemoração ao Dia do Idoso, celebrado em 27 de setembro, o programa, em parceria com o Museu da Vida – espaço de integração entre ciência, cultura e sociedade da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) –, promove uma semana de atividades gratuitas especialmente preparadas para o público da terceira idade. Circuito histórico no trenzinho da ciência, peças teatrais, shows de ciência, contadores de histórias, palestras e oficinas compõem a programação, que busca integrar os idosos e suas famílias. É mais uma prova de que a Fiocruz tem como objetivo a atenção integral à saúde do idoso, que vai do conhecimento científico às políticas públicas, da capacitação de recursos humanos à promoção da assistência, incluindo até atividades que combinam entretenimento e educação.



O mito das doenças crônico-degenerativas apenas em idosos

Problema atinge crianças e exige reformulação do modelo de assistência

Marcelo Neves



Quando se pensa em doenças crônico-degenerativas o mais comum é associá-las apenas aos idosos e à projeção de envelhecimento da população. Entretanto, elas também podem ocorrer na infância e, por não se levar em conta essa possibilidade, oportunidades de prevenção e tratamento podem estar sendo perdidas, com prejuízos para a população e o próprio SUS. Nos hospitais, o número de crianças internadas tem aumentado, exigindo maior investimento em recursos humanos e financeiros na rede pública de saúde destinados a esta população.

Os pesquisadores Maria Elisabeth Moreira, coordenadora da Unidade de Pesquisa Clínica do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), e Marcelo Goldani, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em artigo recém-publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva*, destacam que o acesso a tecnologias modernas permitiu o aumento da sobrevivência de crianças que antes não chegariam à idade adulta, criando assim uma nova realidade para a saúde pública. “A mortalidade infantil caiu; as taxas de aleitamento materno e o acesso às vacinas e ao pré-natal aumentaram”, analisam. Segundo os autores, em países desenvolvidos, 90% das crianças nascidas com doenças crônicas já alcançam a idade adulta, o que demanda grande investimento em tecnologias.

Por outro lado, o número de partos prematuros e a incidência de obesidade também aumentaram. “A prevalência de obesidade na infância vem aumentando. Em alguns locais já chega a 30%. Se nada for feito, esta geração de crianças obesas poderá ser



a primeira em dois séculos que terá uma expectativa de vida menor do que a de seus pais”, alertam os pesquisadores. Para eles, boa parte do problema poderia ser resolvida apenas com prevenção e promoção da saúde.

Para Maria Elisabeth, a prevenção das doenças crônico-degenerativas ainda na infância pode ser determinante para viabilizar o sistema de saúde no futuro, em função dos altos custos demandados para tratamento. “Uma droga mal usada na infância pode, por exemplo, comprometer para sempre a função renal, predispondo a doenças renais precoces na vida adulta, que vão demandar um grande investimento dos serviços de saúde”, explica.

Apontado pelo Mais Saúde, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Saúde, como problema crítico a ser combatido até 2011, as doenças crônico-degenerativas aumentam os gastos com internações, que representam R\$ 11,3 milhões ao ano para o SUS. E boa parte deste valor pode estar sendo usado para cuidar de crianças e jovens.

Aluna que acaba de concluir o mestrado profissional em saúde da criança e da mulher do IFF, Josélia Duarte analisou o perfil dos pacientes internados nas pediatrias dos quatro maiores hospitais da rede pública da cidade do Rio de Janeiro, no período de janeiro a dezembro de 2008. Das 170 internações analisadas, mais da metade das crianças internadas nas enfermarias de pediatria eram portadoras de doenças crônicas. “Identificamos a necessidade

de reorganização dos serviços pediátricos visando garantir estrutura e processos de cuidado adequados para o manejo, o tratamento e o acompanhamento de pacientes com histórico de reinternações, internações prolongadas e necessidades de cuidado multidisciplinar”, explica a orientadora da pesquisa, Maria Auxiliadora Gomes.

Pesquisa e assistência

O IFF desenvolve pesquisa e oferece assistência a crianças portadoras de doenças crônico-degenerativas, provocadas ou não pela condição genética do paciente. No Departamento de Genética Médica do Instituto, o maior volume de atendimentos intrahospitalares em patologias crônico-degenerativas tem sido para as doenças de depósito lisossômico (distúrbios metabólicos e hereditários raros), como as mucopolissacaridoses (que podem causar danos neurológicos irreversíveis e deformidades ósseas que limitam progressivamente as articulações) e a doença de Pompe (associada à miopatia progressiva, dificuldade de respiração, hipertrofia cardíaca e desenvolvimento motor prejudicado). A equipe da área de genética, em conjunto com o Departamento de Pediatria, também é responsável pela coordenação nacional do Programa de Osteogênese Imperfeita (condição caracterizada por grande fragilidade óssea e fraturas recorrentes que levam a deformidades), sendo o IFF referência nacional para o tratamento dessa doença.

No bairro da Zona Norte do Rio onde se localiza a sede da Fiocruz, o IFF realiza um projeto no âmbito da iniciativa Teias – Escola Manguinhos, que visa constituir um território integrado de saúde com um modelo participativo de gestão. A intenção do projeto é fazer um levantamento de quem são e como vivem crianças e adolescentes portadores de doenças crônicas residentes na comunidade de Manguinhos. “A partir dessas informações, a ideia é facilitar e viabilizar o cuidado qualificado para este público, para que ele tenha melhor qualidade de vida e o seu direito à saúde contemplado”, diz a pesquisadora do IFF Martha Moreira. 